

# Cabral fará o relatório da Família

Comissão vetou dois pareceres de Távola e não chegou a um consenso

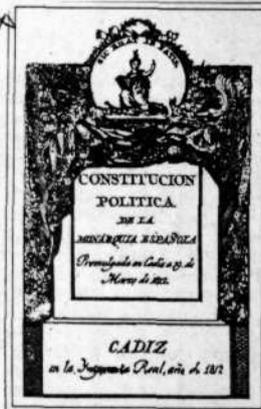
Depois de ver rejeitado os dois pareceres do relator Artur da Távola (PMDB-RJ) na Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, o presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) encaminhou à Comissão de Sistematização ontem à tarde apenas uma nota explicativa, onde narra a sucessão de impasses que impediu a aprovação do substitutivo. Agora, além do trabalho de compatibilização dos relatórios para a elaboração do primeiro projeto constitucional, em 10 dias, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, terá uma tarefa extra, a de cuidar do relatório que ficou pendente.

## O IMPASSE

As brigas na comissão de Artur da Távola começaram na sexta-feira, quando tiveram início as discussões para votação de seu parecer. No mesmo dia, o primeiro relatório foi totalmente derrubado, mas ele ainda tentou aprová-lo com algumas modificações, sem sucesso. No domingo, um terceiro relatório foi apresentado para a votação, mas os impasses e tumultos persistiram, chegando ao fim do prazo regimental — meia-noite — sem que nada fosse aprovado, passando para a competência da Sistematização.

O presidente da Subcomissão da Família, Menor e do Idoso, deputado Nelson Aguiar, revelou que depois de derrubarem totalmente os relatórios apresentados, os representantes de alguns grupos contrários ao parecer de Artur da Távola ainda tentaram aprovar algumas emendas em separado, o que não foi possível por causa de um processo de obstrução comandado pelo relator. "Nós entendemos que já que tinha caído todo o texto principal, os acessórios não podiam ser votados", afirmou Aguiar.

Ele reclamou que por causa de interesses pessoais de dois grupos, representados pelos donos de escolas particulares e dos proprietários dos meios de comunicação, os trabalhos na comissão não puderam

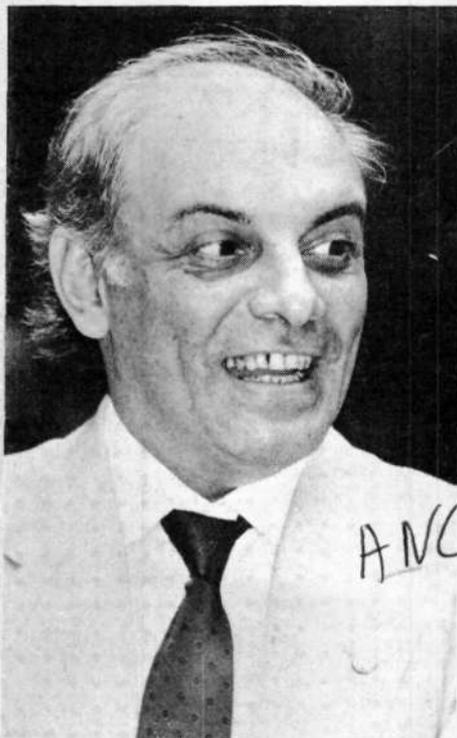


ser concluídos. Estes grupos, segundo Nelson Aguiar, radicalizaram por que consideravam que existia no relatório de Távola quatro pontos que feriam os seus interesses.

Os proprietários de escolas particulares eram contrários especificamente ao artigo 11, que declara a exclusividade de verbas públicas para as escolas públicas, com apenas três exceções: escolas comunitárias sem fins lucrativos, as administradas em regime comunitário por entidades populares em co-gestão e as que, com finalidade lucrativa, investirem na manutenção de novas escolas comunitárias.

Os outros três pontos polêmicos são a criação do Conselho de Comunicação, o Conselho de Ética e a reserva de mercado. Para derrubar estes pontos, tiveram atuação decisiva parlamentares representantes ou proprietários de emissoras de rádio e TV.

Nelson Aguiar considerou ainda que "é como se o relatório de Artur da Távola tivesse sido aprovado", pois passando para a atribuição da Sistematização, o relator Bernardo Cabral poderá acatar as suas sugestões e o próprio Artur da Távola participará na Comissão. "Eles não queriam que o relatório passasse para a Sistematização. Pensaram que derrubando todos os pareceres apresentados, poderiam aprovar o que quisessem, mas obstruímos até o último minuto para impedir que se repetisse o que aconteceu na Subcomissão de Reforma Agrária", comentou Aguiar.



Artur da Távola teve parecer rejeitado, mas o de Almir Gabriel passou



## Ordem Social aprova o projeto de Gabriel

As cinco horas da manhã de ontem, exausto, o bloco de constituintes que lutava desde a sexta-feira pela aprovação do substitutivo apresentado pelo relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel, comemorou a vitória. Com uma maioria de 34 votos entre os 64 integrantes da comissão, o grupo ligado à esquerda e que apoiava as propostas do relator — entre elas a estabilidade — conseguiu neutralizar as ações do bloco da direita.

O substitutivo do relator, senador Almir Gabriel, considerado um político de centro-esquerda, foi aprovado sem muitas modificações.

O trabalhador poderá ser demitido se cometer falta grave comprovada judicialmente. Além disso, nas situações em que a empresa comprovar judicialmente a ocorrência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio, sob pena de ter de reintegrar ou indenizar o empregado.

A votação do relatório da

Comissão da Ordem Social foi polêmica e demorada, tendo em vista a grande quantidade de pedidos de destaque das emendas (764) e a tentativa da direita de obstruir os trabalhos ao constatar que era minoria. As 20 horas de domingo, após a esquerda haver retirado cerca de 300 pedidos de destaque, ainda sobravam 250 destaques para votação.

Ao grupo que era contra o relatório, liderado pelos constituintes Max Rosenmann, Cunha Bueno e Odacyr Soares, interessava ganhar tempo para que os trabalhos não fossem concluídos até a meia-noite. O impasse só foi solucionado às 23 horas com a presença do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Segundo ele, o regimento permitia que a votação continuasse porque já havia sido iniciada, só não era possível abrir prazo para discussão de matéria. Ou seja: todas as 250 emendas que faltavam

poderiam ser votadas mas sem discussão.

A decisão do líder Mário Covas foi recebida com aplausos pelo bloco considerado progressista e os trabalhadores que acompanhavam nas galerias o processo de votação. O senador Odacyr Soares (PFL-RO) protestou e pediu o encerramento da reunião, mas o presidente da comissão, Edme Tavares (PFL-PB), não acatou.

A partir daí, já cansados, os que insistiam na votação de todos os destaques foram desistindo.

A grande batalha de longas horas havia terminado. Venceu o grupo que defendia a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas semanais, o direito de greve para todos os trabalhadores, inclusive os servidores públicos, a anistia para os servidores punidos por motivos políticos. Para o presidente da Comissão, deputado Edme Tavares, "venceu a democracia no Brasil".

## Papel cobre a distância DF-Salvador

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), foi comunicado ontem que se todas as folhas do material produzido pelo Serviço Gráfico do Senado para as subcomissões e comissões da Constituinte fossem emendadas a extensão ultrapassaria, em pouco, a distância entre Brasília e Salvador, que é de 1.695 quilômetros.

A nova Constituição será distribuída pelo Serviço Gráfico, por determinação do presidente Humberto Lucena, para todas as Assembleias, Câmaras Municipais, escolas, sindicatos, entidades liberais etc. A previsão é de que serão editados cerca de 2 milhões de exemplares da nova Constituição para distribuição gratuita.

## RESULTADOS

O relatório do diretor do Serviço Gráfico do Senado, Agaciél da Silva Maia, prevê que o serviço realizado no mínimo será duplicado até o fim da Constituinte.

Foram gastos até hoje 294 toneladas de papel, correspondentes a 875 metros de altura, ou um edifício com quase 292 andares.

## Cardoso Alves quer afastar 4 relatores

Os relatores das comissões e Subcomissões que tiveram seus pareceres vencidos não devem integrar a Comissão de Sistematização, a menos que se comprometam a apoiar os pareceres aprovados. Esta proposta foi feita ontem ao presidente da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, pelos deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Jorge Viana (PMDB-BA), Alysson Paulinelli (PFL-MG) e Gilson Machado (PFL-PE).

A exclusão vai atingir o Senador Severo Gomes, da Comissão da Ordem Econômica, e os deputados Cristina Tavares, Artur da Távola e Oswaldo Lima Filho.